

# Riscos ocupacionais e sua influência na saúde de policiais penais: uma revisão integrativa

## Occupational risks and their influence on the health of criminal police officers: an integrative review

Gleisiane Bento Cadidé<sup>1</sup>, Valéria Cristina Menezes Berrêdo<sup>2</sup>, Michele Salles da Silva<sup>3</sup>, Débora Aparecida Silva dos Santos<sup>4</sup>

**Como citar esse artigo.** Cadidé GB, Berrêdo VCM, da Silva MS, dos Santos DAS. Riscos ocupacionais e sua influência na saúde de policiais penais: uma revisão integrativa. Rev de Saúde 2022;13(3):42-51.



### Resumo

Os policiais penais são encarregados de garantir ordem e segurança nas penitenciárias, estando expostos a um ambiente perigoso. Isso somado às jornadas excessivas de trabalho, infraestrutura precária e condições de trabalho inapropriadas, que podem causar comprometimento da saúde mental desses indivíduos. Tendo isso em vista, este estudo possui o objetivo de realizar uma revisão integrativa por meio de produções científicas do Brasil, para investigar os aspectos emocionais apresentados por policiais penais relacionados aos riscos ocupacionais que podem afetar suas condições de saúde. O presente estudo é uma revisão integrativa da literatura realizada nas bases de dados eletrônicas SCIELO (Scientific Electronic Library Online) e LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Desta forma, foram utilizadas pesquisas publicadas de 2011 a 2021, na língua portuguesa e de livre acesso. Os estudos apontaram que os policiais penais são submetidos a fatores de risco ocupacionais, condições trabalhistas precárias, rotina de tensão e medo relacionados a insegurança, e estes fatores geram nesses indivíduos perturbação do sono, ansiedade, estresse, comportamentos antissociais, insônia, descontrole emocional que resulta em brigas e conflitos conjugais, agressividade, estado de vigilância, restrição na vida social, sentimento de solidão, “dessensibilização” quanto aos relacionamentos sociais, tendência ao isolamento social e fragilização dos laços coletivos, sofrimento psíquico, comportamentos com características compulsivas, fenômenos psicossomáticos e agressividade, que resultaram em necessidade de afastamento do trabalho, doenças crônicas e vícios. Pode-se concluir, portanto, que são necessárias medidas para minimizar o surgimento de doenças mentais em policiais penais, sendo imprescindível ações para melhoria nas condições de trabalho, ações para promoção da saúde, como atendimento psicológico, e prevenção de doenças nesses trabalhadores.

**Palavras-chave:** Policial Penal; Penitenciária; Risco ocupacional; Saúde.

### Abstract

Penal police officers are in charge of ensuring order and safety in prisons, and are therefore exposed to a dangerous environment. This, coupled with excessive working hours, poor infrastructure and inappropriate working conditions, can cause impairment of mental health of these individuals. With this in mind, this study aims to perform an integrative review through scientific productions in Brazil, to investigate the emotional aspects presented by penal police officers related to occupational risks that can affect their health conditions. The present study is an integrative literature review carried out in the electronic databases SCIELO and LILACS, using research published from 2011 to 2021 in Portuguese and freely accessible. The studies pointed out that penal police officers are subjected to occupational risk factors, poor working conditions, routine tension and fear related to insecurity, and these factors generate in these individuals sleep disturbance, anxiety, stress antisocial behavior, insomnia, lack of emotional control resulting in fights and marital conflicts, aggressiveness, state of vigilance, restriction in social life, feeling of loneliness, “desensitization” as to social relationships, tendency to social isolation and weakening of collective bonds, psychic suffering, “going crazy”, behavior with compulsive characteristics, psychosomatic phenomena, and aggressiveness, which resulted in the need for absence from work, chronic diseases, and addictions. It can be concluded, therefore, that measures are necessary to minimize the emergence of mental illnesses in penal police officers and that improvements in working conditions and the promotion and prevention of diseases in these workers are crucial.

**Keywords:** Penal Police; Penitentiary; Occupational risk; Health.

### Introdução

A emenda constitucional nº 104, de 4 de dezembro de 2019 cria o cargo de policiais penais federais, estaduais e distritais<sup>1</sup>, anteriormente chamados de agentes de segurança penitenciária. Cabe aos policiais penais garantir a segurança dos estabelecimentos penais, estando encarregados de desempenhar um papel estressante, visto que sua função é realizar a segurança e ordem do

ambiente prisional, vigiando, fiscalizando, bem como promovendo a segurança dos próprios apenados, dentre outras funções. No caso de rebeliões dos presos, esses profissionais são responsáveis por fazer a intervenção, ficando expostos a um ambiente violento e perigoso. Ademais, por não terem condições de infraestrutura e de trabalho favoráveis à realização de suas funções, jornada excessiva de trabalho e outras situações causadoras de tensão como insegurança e ansiedade, os mesmos tendem a ter comprometimento de sua saúde mental<sup>2</sup>.

#### Afiliação dos autores:

<sup>1</sup>Discente do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Rondonópolis, Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1574-2467>

<sup>2</sup>Doutorado em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande, Brasil(2016), professora Adjunto IV da Universidade Federal de Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3298-1208>

<sup>3</sup>Doutorado em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande, Brasil(2016), docente de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal de Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4076-5628>

<sup>4</sup>Doutorado em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande, Brasil(2015), professora Adjunto III do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1862-7883>

Email de correspondência: [gleisianecadide99@gmail.com](mailto:gleisianecadide99@gmail.com)

Recebido em:16/10/2021. Aceito em:29/08/2022.

Segundo Jaskowiak e Fontana<sup>3</sup>, os policiais penais estão diretamente em contato com os apenados, sendo assim, entre os profissionais que atuam no sistema carcerário, eles são os mais expostos a intimida es, agressões, ameaças e possibilidades de rebeliões; além de as condi es de trabalho serem ruins devido a falta de equipamentos e materiais adequados, o ambiente também   insalubre, contribuindo para deixar o ambiente de trabalho ainda mais perigoso. Além dos riscos   segurança, os autores ainda apontam que os policiais penais também estão vulneráveis a riscos biológicos, pois diariamente estão expostos a doenças transmissíveis, como tuberculose e AIDS (Síndrome da Imuno-deficiência Adquirida). O compilado de todos os riscos a que esses profissionais estão submetidos traz estresse, que   um risco psicossocial; os momentos de tensão são os principais contribuintes para o adoecimento desses trabalhadores, refletindo na jornada de trabalho e em suas vidas<sup>3</sup>.   importante ressaltar que estes profissionais recebem um treinamento que os ensinam a serem violentos, o que eles acabam levando para suas vidas pessoais, assim trazendo impactos em sua saúde psíquica, pois aumentam os conflitos, tanto em esfera profissional quanto pessoal<sup>4</sup>.

Os policiais acabam se sentindo culpados e terminam sendo responsabilizados por não conseguirem desempenhar suas atividades por conta do esgotamento, para esquecer esse sentimento de culpa e o sofrimento decorrente, eles recorrem às drogas, principalmente em suas folgas, tentam se desprender de seu emprego por meio de substâncias que trazem alívio momentâneo. A ins nia costuma estar presente na vida desses profissionais, que para conseguir dormir se refugiam em remédios, que também são grandes causadores de dependência. Mas, não   fácil para esses profissionais procurarem tratamento, pois existe muito preconceito acerca da dependência de drogas, o que faz com que muitos abandonem o tratamento<sup>5</sup>.

Muitas vezes para fugir do estresse diário em que vivem, esses trabalhadores acabam fazendo o uso de álcool e outras drogas como uma estratégia de enfrentamento das pressões advindas do ofício e como resultado do uso abusivo dessas substâncias ocorrem danos significativos   saúde que corroboram com acidentes de trabalho, condutas morais inadequadas e instabilidade nas rela es familiares<sup>6</sup>.

A nicotina, presente no tabaco, tem a o inicial estimulante no organismo e, posteriormente, tem efeito tranquilizante. Esse   um dos grandes motivos pelo qual os policiais que participaram da pesquisa de Demestein et al.<sup>5</sup> referiram buscar no cigarro refúgio das tensões do cotidiano de trabalho, afirmando que, em um primeiro momento, sentem-se incitados a desempenharem suas obriga es com mais disposi o e que, em seguida, sentem-se mais tranquilos, ainda que momentaneamente, conseguindo uma sensa o de alívio quanto ao estresse

do ambiente de trabalho<sup>5</sup>. Contudo, assim como outras drogas, o tabaco causa dependência requerendo cada vez mais o seu uso para alcançar os efeitos pretendidos<sup>7</sup> e, por outro lado, o uso contínuo do tabaco   responsável por doenças cardiovasculares, como a hipertensão<sup>8</sup>.

Homens e mulheres desempenham trabalhos diferentes no ambiente prisional, haja vista que os policiais penais do sexo masculino exercem atividades diretamente com presos enquanto as mulheres ficam incumbidas de realizar vistoria ou atividades administrativas. Contudo, o estudo de Medeiros-Costa et al.<sup>9</sup> mostra que as mulheres que trabalham na unidade feminina mostraram-se mais exaustas e depressivas, na maioria dos casos, devido ao fato de terem uma jornada de trabalho doméstico em seus lares após ou, ainda, por terem jornada tripla de trabalho.

Os policiais penais que se encontram em situa o de exaustão emocional e desilusão pelo trabalho, com o decorrer de tempo de serviço apresentam as mesmas chances de desenvolverem Síndrome de Burnout que outros profissionais de outras áreas, nas mesmas condi es<sup>10</sup>. Esses trabalhadores podem acabar tentando enfrentar os conflitos de formas que trarão mais malefícios   saúde, um exemplo   o consumo de bebida alcoólica e outras drogas psicoativas, o que se agrava com o sedentarismo<sup>11,12</sup>. Estudos como de Lima et al.<sup>12</sup> apontam que quando esses profissionais praticam esportes têm menos incidência de doenças cr nicas, metabólicas e psicológicas.

Diante de todos esses problemas envolvendo os policiais penais, a finalidade deste estudo foi realizar uma revisão integrativa por meio de produ es científicas do Brasil, para investigar os aspectos emocionais apresentados por policiais penais relacionados aos riscos ocupacionais que podem afetar suas condi es de saúde.

## Metodologia

O presente estudo trata de uma revisão integrativa da literatura realizada em bases de dados eletrônicas, tendo como pergunta norteadora: Quais os aspectos emocionais relacionados aos fatores ocupacionais podem afetar as condi es de saúde dos policiais penais?

Para responder   pergunta norteadora foram executadas estratégias ordenadas para identificar, selecionar e analisar pesquisas publicadas sobre a temática. Desta forma, foram realizados os seguintes passos de elabora o desse estudo: Defini o do tema, questão norteadora, objetivo e descritores, escolha dos critérios de inclusão de artigos que se adequassem a proposta da pesquisa e exclusão dos estudos que não atendessem ao objetivo proposto, leitura de títulos e resumos para escolha e classifica o das referências identificadas, leitura crítica na íntegra para defini o dos elementos a

serem extraídas dos textos; análise descritiva e elucidação dos dados; e apresentação da síntese da revisão.

Foi realizada busca de artigos de pesquisas publicados de 2011 a 2021, com a finalidade de obter informações e selecionar artigos que atendessem os objetivos da pesquisa. As descrições contidas nos t picos seguem o diagrama de fluxo adaptado da recomendação *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta Analyses* – PRISMA Group.<sup>13</sup>

1. Base de dados: A busca foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), dentro desta foram direcionadas duas bases de dados, que são: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO).

2. Descritores em Ciência da Saúde (DECS) e operadores booleanos: Foram utilizados os descritores conforme o DECS: “penitenciária”, “estresse ocupacional” e “saúde” e para suas combinações foi utilizado o operador booleano AND.

3. Critérios de inclusão: Foram selecionados artigos com texto completo e de livre acesso, publicados nos últimos 10 anos, em português e que correspondessem ao tema.

4. Critérios de exclusão: Foram excluídos artigos que não tivessem título e resumo correspondentes ao tema, que fossem de outro idioma, que não respondiam   questão norteadora, revisões da literatura e artigos duplicados.

5. Buscas eletrônicas: A busca na base de dados BVS, com os DECS “penitenciária”, “estresse ocupacional” e “saúde” resultou em 32 artigos, após aplicação dos critérios de inclusão, restaram 10 artigos. Destes, foram excluídos 2 (dois) por serem duplicatas, 1 (um) porque o título não correspondia ao tema, 1 (um) por ser revisão da literatura e 1 (um) devido o resumo não estava relacionado com a pesquisa. Dessa forma, foram selecionados 5 (cinco) artigos após aplicados critérios de inclusão e exclusão.

6. Leitura crítica: foram feitas leituras críticas dos 5 artigos selecionados (A1<sup>14</sup>, A2<sup>15</sup>, A3<sup>16</sup>, A4<sup>17</sup>, A5<sup>18</sup>) para obtenção de dados através de um instrumento previamente elaborado pelos autores. Para servir como instrumentos de orientação da pesquisa, esses dados foram agrupados em dois quadros (1 e 2). Os dados coletados e contidos nessas tabelas são: título do artigo, nome dos autores (ano), base de dados, objetivo da pesquisa, local da pesquisa, delineamento e principais resultados.

**Quadro 1.** Distribuição dos estudos selecionados de acordo com título do artigo, nome dos autores (ano), base de dados, objetivo da pesquisa. Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil, 2021.

Artigo	Título do Artigo	Nome dos Autores (ano)	Base de Dados	Objetivo da Pesquisa
A1	A organização do trabalho prisional e as vivências de prazer e sofrimento.	BARGALHO, Jaqueline Oliveira e MORAES, Thiago Drumond (2017)	SCIELO	Identificar relações entre vivência de sofrimento-prazer dos trabalhadores e organização do trabalho.
A2	Controle a Céu Aberto: Medo e Processos de Subjetivação no Cotidiano de Agentes Penitenciários.	FIGUEIRÓ, Rafael Albuquerque e DIMENSTEIN, Magda (2018)	SCIELO	Mapear os processos de subjetivação presentes no cotidiano dos trabalhadores do sistema penitenciário, em uma cidade do nordeste do Brasil.
A3	O sentimento de medo no cotidiano de trabalho na vigilância prisional e seus impactos sobre a subjetividade dos agentes penitenciários	SANTIAGO, Eneida <i>et al.</i> , (2016)	SCIELO	Relatar e problematizar as condições e vivências de trabalho de vigilância de agentes de segurança penitenciária em uma instituição prisional do interior do estado do Paraná.
A4	O Sofrimento Psíquico no Trabalho de Vigilância em Prisões	RUMIN, Cassiano Ricardo <i>et al.</i> , (2011)	SCIELO	Apresentar características do sofrimento psíquico vivenciado por agentes de segurança penitenciária (ASPs) e delimitar os elementos psicodinâmicos que emergem no trabalho de vigilância prisional.
A5	Saúde mental de agentes penitenciários de um presídio catarinense	BONEZ, Aline Bonez <i>et al.</i> , (2013)	LILACS	Descrever as variáveis que interferem na saúde mental dos agentes penitenciários, envolvendo o perfil sociodemográfico, as condições de saúde mental e os níveis de estresse desses profissionais.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

**Quadro 2.** Distribui o dos estudos selecionados de acordo com local da pesquisa, delineamento, instrumentos de avalia o e principais resultados. Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil, 2020.

Artigo	Local da Pesquisa	Delineamento	Instrumento de Avalia�o	Principais Resultados
A1	Cinco unidades prisionais de Vitória-Espirito Santo	Estudo qualitativo exploratório descritivo	Metodologia da Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 1992).	Houve 19 entrevistados, 14 são concursados e 5 contratados em designa�o temporária. Destes, 17 trabalham em regime de escala 24/72 horas e dois em regime de escala 4x4 (quatro dias em expediente administrativo e quatro dias de folga). Relataram condi�es trabalhistas precárias, não reconhecimento, sentimento de menos-valia (profissionais que trabalham desarmados), coletivo de trabalho enfraquecido, perturba�o do sono, ansiedade, estresse, comportamentos antissociais, medo de morrer, de ser ferido e de fugas.
A2	Sistema prisional de um estado no nordeste do Brasil.	Estudo qualitativo exploratório descritivo	Referenciais da Psicodinâmica do Trabalho, da Psicanálise e de escritos sobre Processos Grupais	Foram entrevistados 14 agentes e cinco familiares (esposas) desses profissionais. Relatou-se a visão de “bandido perigoso”, descrença na recupera�o do apenado, valoriza�o do castigo na soluço do problema de criminalidade ou para aplacar a sede de vinga�a, medo na rotina diária, dificuldades para dormir, ansiedade, brigas e conflitos conjugais, altera�o na rotina dos familiares, estado de vigilância por insegurança, vida social limitada, pouco uso de espaços públicos e logica de controle por parte dos policiais penais.
A3	Institui�o prisional do interior do estado do Paraná	Estudo qualitativo exploratório e interventivo	Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 1992, 1993, 2004a, 2004b; Mendes, 2007; Martins, 2009; Martins & Mendes, 2012) e da Psicanálise (K�es, 1991; Enriquez, 1997), com contribui�es de embasamentos grupais clínicos no campo social (Bleger, 1980; Pichon-Rivi�re, 1988).	Foi realizado um grupo de escuta, acolhimento e suporte psicológico, organizado de forma aberta que tinha, em média, cinco participantes que cumpriam carga horária de trabalho de 12/36 horas. Os participantes relataram serem vistos negativamente pela sociedade, se sentirem sozinhos e isolados socialmente. Foi aludido descontentamento com a profissão que exercem, “dessensibiliza�o” quanto aos relacionamentos sociais, medo pela falta de preparo dos novatos e servidores temporários, dificuldades materiais no ambiente de trabalho, superlota�o que os deixavam sobrecarregados e oferecia desafios qualitativos quanto ao desempenho do trabalho, fragiliza�o dos laços coletivos, e falibilidade da reinser�o social que desencadeia falta de sentido no trabalho.
A4	Uma unidade prisional de regime fechado da região oeste do Estado de São Paulo	Estudo qualitativo exploratório e interventivo	Método psican�tico de orienta�o breve e psicodinâmica do reconhecimento (Dejours, 1999) e da psicanálise (K�es, 1991, 2005)	A pesquisa foi realizada por meio de um espaço de acolhimento ao sofrimento originado pelas rela�es de trabalho na vigilância penitenciária. Os participantes são trabalhadores da unidade prisional, eles trabalham em jornada de 12/36 horas. Foi relatado que se enxergavam como ordenadores e disciplinadores da popula�o carcerária, tinham comportamentos agressivos com os apenados e também em casa. Manifestaram ansiedade paranoica, sofrimento psiquico, perturba�o do sono, enlouquecimento, comportamentos com características compulsivas, fen�menos psicossomáticos, e relataram impedimento da utiliza�o do serviço de aten�o em saúde mental pelos trabalhadores, falta de amparo institucional quando necessário afastamento.
A5	Uma Unidade Prisional do Oeste de Santa Catarina	A pesquisa tem natureza descritiva com a borda e m quali quantitativa	Escalas Beck, Inventário de Depressão (BDI), Inventário de Ansiedade (BAI), Escala de Desesperança (BHS) e Escala de Ideia�o Suicida (BSI) desenvolvidas por Beck e seus colegas no Center Cognitive Therapy (CCT)	Participaram da pesquisa 19 sujeitos entre 22 e 69 anos de idade, com prevalência do sexo masculino e escolaridade considerada alta, uma vez que 21,05% dos sujeitos concluíram o ensino médio, 21,05% apresentavam ensino superior incompleto e 21,05% ensino superior completo. Os dados revelam que 100% dos sujeitos não possuem desesperança e depressão, não havendo ideia�o suicida, 5,26% apresentam grau mínimo de ansiedade e 31,57% se encontram na fase de resistência do estresse.

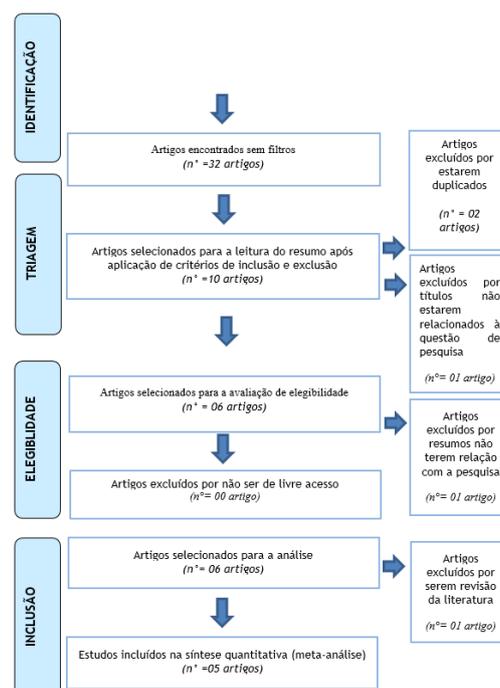
Fez-se uma análise descritiva e elucida o dos dados do conteúdo das produ oes científicas relacionadas ao tema de interesse desse estudo, por meio de 2 (duas) categorias temáticas identificadas a partir dos resultados de cada pesquisa elencada: a) Aspectos emocionais relacionados aos riscos ocupacionais dos

policiais penais (Quadro 3) e b) Altera es às condi oes de saúde dos policiais penais. Na Figura 1, há um diagrama de fluxo com a descri o da sele o dos artigos captados nas buscas realizadas, com adapta o da recomenda o PRISMA Group<sup>13</sup>, conforme a descri o.

**Quadro 3.** Categoriza o dos artigos conforme resultados relacionados às categorias temáticas.

Artigo	Aspectos emocionais relacionados aos riscos ocupacionais dos policiais penais	Alterações nas condições de saúde dos policiais penais
A1	Sentimento de menos-valia; insegurança na equipe de trabalho e medo.	Perturba�o do sono; ansiedade; estresse; comportamentos antissociais.
A2	Descrença na recupera�o do apenado; sentimento de vingança pelo apenado; medo; insegurança, lógica de controle.	Dificuldades para dormir; ansiedade; descontrole emocional que resulta em brigas e conflitos conjugais, agressividade; estado de vigilância; restri�o na vida social.
A3	Percep�o negativa de sua imagem pela sociedade; descontentamento com a profissão; medo; insegurança; sentimento de estar sobrecarregado; descrença na reinser�o social e descrença no próprio trabalho.	Sentimento de solidão; “dessensibiliza�o” quanto aos relacionamentos sociais; tendência ao isolamento social e fragiliza�o dos laços coletivos.
A4	Sentimento de desamparo por parte da institui�o.	Ansiedade paranoica, sofrimento psíquico, perturba�o do sono, enlouquecimento, comportamentos com características compulsivas, fen�menos psicossomáticos e agressividade; necessidade de afastamento do trabalho.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.



**Figura 1.** Fluxograma da sele o dos artigos após busca eletr nica – Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil, 2021.

Fonte: Dados da pesquisa, adaptado de PRISMA Group (2015)<sup>13</sup>.

## Resultados e Discussão

Como foi apontado anteriormente, os dados dos cinco artigos selecionados foram apresentados nos quadros 1 e 2, para melhor sintetizar os interesses da amostra do estudo. Os artigos foram identificados pela letra A e numerados de um a cinco (A1<sup>14</sup>, A2<sup>15</sup>, A3<sup>16</sup>, A4<sup>17</sup>, A5<sup>18</sup>) e organizados de acordo com os seguintes pontos: título do artigo, nome dos autores (ano), base de dados, objeto da pesquisa, local da pesquisa, delineamento e principais resultados, que serão apresentados a seguir.

No quadro 2, os cinco artigos selecionados foram organizados conforme local da pesquisa, delineamento da pesquisa, instrumento de avaliação utilizado e os principais resultados apresentados, podendo ser visto a seguir.

Dos cinco artigos selecionados, a base de dados em que se encontrou mais artigos referentes aos aspectos emocionais relacionados aos riscos ocupacionais que podem afetar as condições de saúde dos policiais penais foi a SCIELO, com quatro artigos; e na base de dados LILACS, foi encontrado apenas um artigo que foi considerado ser de interesse desse estudo.

As pesquisas ocorreram no Brasil, em penitenciárias de três regiões diferentes, uma no Nordeste (A2)<sup>15</sup>, duas no Sul (A3<sup>16</sup> e A5<sup>18</sup>) e duas no Sudeste (A1<sup>14</sup> e A4<sup>17</sup>).

Sobre o delineamento encontrado nas pesquisas, dois tratavam de estudos qualitativos, exploratórios e descritivos (A1<sup>14</sup> e A2<sup>15</sup>), dois foram estudos qualitativos exploratórios interventivos (A3<sup>16</sup> e A4<sup>17</sup>), e um estudo foi de natureza descritiva com abordagem qualiquantitativa (A5<sup>18</sup>).

Quanto aos instrumentos de avaliação usados nos artigos selecionados, dois autores utilizaram a Metodologia da Psicodinâmica do trabalho (A1<sup>14</sup>, A2<sup>15</sup>); três fizeram utilização da Psicanálise (A1<sup>14</sup>, A2<sup>15</sup> e A3<sup>16</sup>); dois utilizaram Processos Grupais (A2<sup>15</sup> e A3<sup>16</sup>); um utilizou o Método psicanalítico de orientação breve e psicodinâmica do reconhecimento (A3<sup>16</sup>); e um utilizou os métodos da Escalas Beck, Inventário de Depressão (BDI), Inventário de Ansiedade (BAI), Escala de Desesperança (BHS) e Escala de Ideação Suicida (BSI), desenvolvidas por Beck e seus cooperadores, no Center Cognitive Therapy (CCT) (A5<sup>18</sup>).

Procedeu-se à análise descritiva e elucidação dos dados do conteúdo das produções científicas relacionadas ao tema de interesse desse estudo, por meio de 2 (duas) categorias temáticas que emergiram: a) Aspectos emocionais relacionados aos riscos ocupacionais dos policiais penais e b) Alterações nas condições de saúde dos policiais penais. Os conteúdos destas temáticas estão descritos no Quadro 3.

Salienta-se que o artigo 5 (A5<sup>18</sup>) apresentou um resultado diferente dos demais, razão pela qual não comporá o Quadro 3. Este revelou que 100% dos sujeitos pesquisados não possuíam desesperança

e depressão, não havendo ideação suicida, 5,26% apresentavam grau mínimo de ansiedade e 31,57% se encontravam na fase de resistência do estresse. Este último dado pode ser o fator preponderante para que os profissionais pesquisados não tenham apresentado alterações em seus aspectos emocionais e em suas condições de saúde. Por outro lado, no estudo feito por Tschiedel e Monteiro<sup>19</sup>, as estratégias defensivas mais utilizadas pelos policiais penais no desempenho de seu trabalho foram a negação e a racionalização.

Outrossim, esses resultados positivos podem estar associados ao tempo de trabalho desses indivíduos, que foram considerados relativamente baixos. O tempo de serviço e a jornada de trabalho pode exercer um impacto muito grande na saúde tanto física quanto mental dos indivíduos. Assim, Lima e Dimenstein<sup>4</sup> constataram que os policiais penais que dobram sua jornada de trabalho ou complementando sua renda com outra ocupação, e que estão há mais tempo nessa função, apresentaram indícios de transtorno mental comum (TMC).

O Quadro 3 descreve os conteúdos dos artigos A1<sup>14</sup> a A4<sup>17</sup> quanto aos resultados das pesquisas referentes às categorias elencadas para análise dos mesmos. A análise descritiva é apresentada a partir das referidas categorias.

a) Aspectos emocionais relacionados aos riscos ocupacionais dos policiais penais:

No Quadro 3, quanto aos aspectos emocionais relacionados aos riscos ocupacionais dos policiais penais, observou-se que os fatores de riscos ocupacionais geraram implicações nos aspectos emocionais, levando a alterações nas condições de saúde dos mesmos. Estas alterações, por sua vez, refletem uma ameaça à saúde mental desses profissionais favorecendo o surgimento de transtornos mentais crônicos como ansiedade, depressão e outros transtornos mentais graves, a médio ou a longo prazo. No entanto, é possível que alguns desses profissionais já estejam sofrendo de transtorno mental, embora não tenham buscado ajuda profissional.

Os artigos A1<sup>14</sup> e A4<sup>17</sup> evidenciam as condições trabalhistas precárias como um dos principais fatores de risco às condições de saúde dos policiais penais quando combinam, dentro e fora do cenário carcerário, um conjunto de inadequações que afeta emocionalmente esses profissionais, tais como, falta de reconhecimento profissional, falta de preparo dos novatos e servidores temporários, dificuldades materiais no ambiente de trabalho, sobrecarga de trabalho pela superlotação do número de apenados, fragilização dos laços coletivos e falta de amparo institucional quando necessário afastamento<sup>14,17</sup>.

Nessa perspectiva, três estudos constataram que as instalações físicas das penitenciárias normalmente encontram-se em situação de deterioração, o sistema de esgoto é precário, as fiações elétricas ficam expostas e o tamanho das salas de repouso não é adequado para a quantidade de profissionais, com ventilação e higiene

comprometida<sup>4,20,19</sup>. No artigo A1<sup>14</sup>, foi evidenciado que a mobília, na maioria das vezes, é antiga e danificada; os materiais de serviço dos policiais encontram-se em condições inadequadas, e ocorre relatos, até mesmo, de intoxicação alimentar, justificada pelo risco de contaminação por meios de agentes biológicos<sup>14</sup>.

Tais condições inapropriadas de trabalho, somadas ao alto risco da função desses profissionais, podem levar à precarização da própria pessoa do profissional<sup>2</sup>, o que gera insatisfação com o trabalho e representa uma sobrecarga psicológica aos mesmos<sup>3</sup>. Nesse sentido, Tschiedel e Monteiro<sup>19</sup> evidenciaram, em seu estudo, que a precariedade das condições de trabalho do policial penal se apresentava como elemento provocador de sofrimento psíquico.

Os participantes da pesquisa A3<sup>16</sup> relataram que a superlotação da instituição sobrecarrega os profissionais, pois o número de apenados por profissional supera o indicado, ocasionando desafios qualitativos quanto ao desempenho do trabalho, visto que as demandas de trabalho também aumentam na mesma proporção, resultando em uso de meios alternativos, como a violência, para conter os detentos.

Os policiais penais (artigos A2<sup>15</sup> e A3<sup>16</sup>) informaram não acreditarem na reinserção social dos apenados e que veem esses indivíduos como “bandidos perigosos” sem capacidade de recuperação e, desta forma, passam a perceber seu trabalho como sem sentido; sendo que, justamente, esses profissionais estão encarregados em preparar os encarcerados a voltarem ao meio social. Esta percepção se justifica diante das condições trabalhistas anteriormente citadas. Os resultados do artigo A2<sup>15</sup> apontam que o sistema prisional não atua mais como um local de ressocialização, mas como um ambiente potencializador da periculosidade de seus apenados, em que a valorização de medidas violentas para garantia da ordem e obediência dos presos se sobrepõem às medidas educacionais. E por outro lado, a reincidência de prisões corrobora para que esses profissionais percebam seu trabalho como não tendo sentido.

Os artigos A2<sup>15</sup>, A3<sup>16</sup> e A4<sup>17</sup> apresentam aspectos de alteração de comportamento dos policiais penais quanto à violência, sendo descrito que, para solucionar os problemas de criminalidade ou aplacar a sede de vingança dentro do ambiente carcerário, os profissionais faziam uso de violência e castigos. Constataram, ainda, que esse comportamento agressivo não ocorria apenas contra os apenados, mas se estendia às famílias, visto que muitos profissionais relataram fazerem uso de agressividade em seu lar, e também foi possível notar “dessensibilização” quanto aos relacionamentos sociais por parte desses indivíduos<sup>15, 16, 17</sup>.

Embora o sistema penitenciário brasileiro tenha como objetivo educar e devolver os apenados prontos para o convívio em sociedade, não é o que acontece na prática, pois devido à falta de estrutura no

cotidiano das prisões, prevalece o método de violência punitiva por parte dos policiais penais, em lugar da proposta atual de reeducação dos encarcerados<sup>21, 22</sup>.

O artigo A2<sup>15</sup> aponta que a agressividade que passava a fazer parte do comportamento destes profissionais, até mesmo em sua vida pessoal, ocorria ao longo de tempos de trabalho, por estes presenciarem ou participarem de cenas de violência e agressão, acabando por perderem a sensibilidade em relação a estas práticas. Frente a essa incapacidade de ter sentimentos em situações de violência no trabalho, muitos desses profissionais relataram que esta condição também se estendia às suas relações sociais e familiares, tornando-se pessoas frias<sup>16</sup>. Lidar constantemente com criminosos perigosos, tendo que manter disciplina e ordem nesse ambiente permeado por violência acaba interferindo na subjetividade desses indivíduos, que passam a absorver estas características em sua forma de ser, como se fundisse o seu modo de agir profissionalmente com sua vida pessoal.

O sentimento de descontentamento dos policiais penais com sua profissão, citado no artigo A3<sup>16</sup>, certamente se aplica aos demais artigos pesquisados, visto que pode ser associado a outros sentimentos por eles relatados como de menos-valia, insegurança, desvalorização perante a sociedade, descrença com o próprio trabalho e sentimento de desamparo por parte da instituição<sup>14-17</sup>. Além disso, esses profissionais queixam-se de que, em geral, devido à desinformação ou desconfiança, à sociedade demonstra preconceito para com esses profissionais e com o próprio sistema prisional, o que se reflete em posturas e opiniões de repúdio, assim como pela associação que faz do caráter desse trabalhador com o caráter de periculosidade dos apenados. Portanto, tal situação denota um aspecto de desonra à profissão e acarreta desmotivação<sup>16</sup>.

O estresse ocasionado pelo cotidiano de tensão nas prisões, sobretudo pelas condições inadequadas de trabalho e falta de condições de ressocialização dos presos, gera medo e insegurança em policiais penais, causando insatisfação e adoecimento devido ao desgaste emocional que sofrem<sup>3</sup>.

Em Dejours<sup>23</sup>, o trabalho é um dado fundamental da saúde, cujo aspecto negativo se apresenta como causa de doenças, de intoxicações, de acidentes, de desgaste entre outros problemas que pode acometer o trabalhador. Entretanto, no caso dos policiais penais, medidas preventivas por parte do poder público quanto às condições de trabalho poderiam minimizar as consequências negativas na saúde desses profissionais.

Observou-se que medo e insegurança aparecem no relato dos policiais penais nos quatro artigos analisados e apontam para fortes indícios de sofrimento mental, revelando que estresse, medo e ansiedade podem ser causadores dos mesmos. O medo da morte faz parte do cotidiano dos profissionais dessa categoria, que relatam

terem medo de sofrer ataques tanto no ambiente de trabalho quanto fora deles, mas também existe o medo pela falta de preparo dos novos profissionais e servidores temporários, pois o treinamento destes é visto como muito teórico e pouco prático, o que oferece risco para toda a equipe em momento de perigo, bem como causar enfraquecimento no coletivo de trabalho. Esse medo pode acarretar vários agravantes, como foi relatado por participantes das pesquisas, pois muitos sofrem com perturbação do sono, ansiedade, estresse, sofrimento psíquico, comportamentos com características compulsivas e fenômenos psicossomáticos<sup>14-17</sup>.

Os policiais penais participantes do estudo A2<sup>15</sup> relatam conviver diariamente com sentimentos de medo e ansiedade, que lhes acompanham muito mais fora do ambiente prisional, dando-lhes sensação de, assim como os presos, estarem privados de sua liberdade. Desta forma, não se sentem seguros em desfrutar da vida social e de lazer com seus familiares, pelo medo de sofrerem ataques em locais públicos por parte de cúmplices ou ex-detentos. Isso acaba interferindo na vida pessoal desses profissionais, pois até seus familiares precisam mudar seus estilos de vida, temendo pela vida, o que afeta a saúde mental tanto do profissional como de sua família<sup>15</sup>.

Ao longo dos anos, o sistema penitenciário, através de seus órgãos administrativos, vem tentando criar medidas para minimizar os problemas dos policiais penais relacionados ao trabalho dentro das instituições prisionais. A exemplo disso, foi criado o Projeto de Lei nº 405 de 2001, que institui o Programa de Saúde Mental dos Agentes de Segurança Penitenciária, como eram chamados os policiais penais naquela ocasião.

b) Alterações nas condições de saúde dos policiais penais:

No Brasil, após anos de comprovação científica sobre a relação do trabalho e a subjetividade do trabalhador, que aponta a possibilidade de o sofrimento psíquico surgir a partir da atividade laboral<sup>23</sup>, foi instituída a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, por meio da Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012<sup>24</sup>. Para Dejours<sup>23</sup>, diversas doenças em trabalhadores advêm das condições e organização inadequadas do trabalho. Contudo, o adoecimento mental em trabalhadores nem sempre tem a devida atenção, sendo negligenciadas a promoção da saúde e a prevenção de transtornos mentais causados pela forma de organização do trabalho e o estresse relacionado.

Nos artigos pesquisados, verificou-se que os aspectos emocionais relacionados aos riscos ocupacionais dos policiais penais precipitaram alterações nas condições de saúde destes profissionais, tais como: perturbação do sono; ansiedade; estresse; comportamentos antissociais (A1)<sup>14</sup>; dificuldades para dormir; ansiedade; descontrole emocional que resulta em brigas e conflitos conjugais; agressividade; estado de vigília; restrição na vida social (A2)<sup>15</sup>; sentimento de

solidão; “dessensibilização” quanto aos relacionamentos sociais; tendência ao isolamento social e fragilização dos laços coletivos (A3)<sup>16</sup>; ansiedade paranoica; sofrimento psíquico; perturbação do sono; “enlouquecimento”; comportamentos com características compulsivas; fenômenos psicossomáticos e agressividade, que resultaram em necessidade de afastamento do trabalho (A4)<sup>17</sup>. Essas alterações nas condições de saúde dos policiais penais indicam uma influência direta das condições de trabalho, que foram citadas por eles.

Investigando sobre a prevalência de Transtornos Mentais Comuns (TMC) e uso de drogas entre policiais penais de um estado da região Nordeste do Brasil, Lima *et al.*<sup>25</sup> constataram a prevalência de 23,57% de TMC e consumo abusivo/dependente em tabaco (35,9%), álcool (88,3%), maconha (10,5%), cocaína (3,6%), anfetamina (1,1%), inalantes (7,6%), hipnóticos (4,4%) e alucinógenos (0,3%). O estudo mostrou, entretanto, que os policiais penais mais propensos a desenvolverem TMC eram aqueles que dobravam turno, que possuíam mais de 10 anos de profissão e que tinham outra ocupação na área de segurança. O conjunto de sintomas decorrentes de atividades consideradas estressoras que são desempenhadas no dia a dia recebe o nome de transtornos mentais comuns (TCM) ou transtorno mental não psicótico<sup>25</sup>. São considerados TMC sintomas como insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas<sup>25</sup>.

Além de problemas de saúde mental, o trabalho no ambiente prisional acarreta problemas de saúde que se traduzem em sintomas físicos. Um estudo realizado por Corrêa<sup>26</sup>, no estado do Pará, com objetivo de identificar as condições de trabalho dos policiais penais e suas consequências na saúde, evidenciou que 33,33% destes profissionais relataram ter pressão alta, seguido de gastrite (25%), dor de cabeça (25%), dor no corpo (31,25%) e irritação (25%). O estresse causado pelo trabalho dos Agentes de Segurança Pública pode estar associado ao desenvolvimento de outros agravos à saúde, como por exemplo: sedentarismo, Diabetes Mellitus, obesidade, entre outros, e consequentemente, trazer sérios problemas cardiovasculares. Neste sentido, além do estresse, podemos incluir o abuso de álcool e o distúrbio psicológico, que também podem auxiliá-nesses agravos<sup>27</sup>.

De acordo com Bezerra *et al.*<sup>28</sup>, as características do trabalho no sistema prisional que se relacionam a estresse e sobrecarga podem gerar, em policiais penais, efeitos psicológicos adversos que vêm sendo associados a transtornos do sono, a síndrome de Burnout e a transtorno de depressão, além de doenças crônicas, a exemplo da hipertensão arterial. Desta forma, este autor também aponta para a importância de esses policiais penais receberem assistência quanto à saúde mental, como forma de melhoria tanto de sua vida profissional quanto de sua vida pessoal, ajudando a lidar com as adversidades de seu cotidiano.

## Considera es Finais

Com a análise dos estudos selecionados foi possível identificar fatores relacionados   profissão de Policial Penal que podem ocasionar danos   saúde mental desses profissionais.

As condi es de trabalho, materiais e infraestruturais, possuem liga o direta com o surgimento de sofrimento nos Policiais Penais, visto que condi es de trabalho ruins trazem sobrecarga, medo e insatisfa o a esses profissionais. O medo que se enraíza nesses indivíduos está ligado aos riscos inerentes da profissão que exercem, mas, principalmente, pela forma de organiza o do trabalho e pelas condi es inadequadas   que são submetidos a trabalhar. Este fato acentua seu estado de alerta constantemente, e também trazem danos às suas rela es familiares.

A grande taxa de reincidência das prisões traz consigo a visão de que os apenados não possuem capacidade de recupera o, o que desperta violência nos Policiais Penais como tentativa de corre o ou vinga a por meio da violência, ultrapassando as rela es com os presos, chegando a se cristalizar nos conflitos familiares.

As condi es de saúde dos policiais penais, participantes destes estudos analisados, encontram-se afetadas, podendo ser identificadas como perturba o do sono, ansiedade, estresse, sofrimento psíquico, “enlouquecimento”, comportamentos com características compulsivas e fen menos psicossomáticos. Desta forma, infere-se que são necessárias medidas para minimizar o surgimento de doenças mentais nos Policiais Penais. Estas devem incluir melhores condi es de trabalho, promo o da saúde e preven o de doenças nestes trabalhadores.

## Referências

1. Brasil. Constitui o (1988). Emenda constitucional n  104, de 4 de dezembro de 2019, Altera o inciso XIV do caput do art. 21, o   4  do art. 32 e o art. 144 da Constitui o Federal, para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital. Brasília, DF: Presidência da República; 2019.
2. Lourenço AS. O espaço de vida do Agente de Segurança Penitenciária no cárcere: entre gaiolas, r toeiras e aquários. Inst. de Psicocologia, USP; 2010.
3. Jaskowiak CR, Fontana T. O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. Rev Bras Enferm 2015 Mar./Abr.; 68 (2).
4. Lima AIO, Dimenstein M. Transtornos Mentais Comuns entre Trabalhadores do Sistema Prisional. Psic Pesq Juiz de Fora 2019; 13(1): 53-63.
5. Dimenstein M, Lima AIO, Figueiró RA, Leite JF. Uso abusivo de álcool e outras drogas entre trabalhadores do sistema prisional. Rev Psi Org Trab. 2017; 17(1): 62-70.
6. Nascimento VF, Borges JS, Cabral JF, Terças -Trettel ACP, Hattori TY, Lemes AG, et al. Acesso a informa es sobre substâncias psicoativas e o consumo por agentes prisionais. Enfermería Actual de Costa Rica. 2019 Jan./Jul.; (36): 1-18.
7. Marques ACPR, Campana A, Gigliotti AP, Lourenço MTC, Ferreira MP, Laranjeira R. Consenso sobre o tratamento da dependência de nicotina. Rev Bras Psiquiatr 2001; 23 (4): 200-214.

8. Moreno Junior H. Toledo JCY, Fonseca FAH. Hipertensão refratária e tabagismo. Rev Bras Hipertens 2004; 11 (4): 256-261.
9. Medeiros-Costa ME, Maciel RH, Fernandes GF. Transtornos Mentais Comuns e Síndrome de Burnout em Agentes Penitenciários. Cienc Trab. 2018 Jan./Abr.; 20 (61): 36-41.
10. Braun AC. Síndrome de Burnout em agentes penitenciários: Uma revisão sistemática sob a perspectiva de g nero. Est Pesq Psic, Rio de Janeiro. 2016; 16 (2): 366-381.
11. Greco PBT, Magnago TSBS, Beck CLC, Urbanetto JS, Prochnow A. Estresse no trabalho em agentes dos centros de atendimento socioeducativo do Rio Grande do Sul. Rev Gaúcha Enferm. 2013; 34(1):94-103.
12. Lima EMM, Soares IP, Santos ACM, Souza DO. Saúde dos agentes penitenciários no contexto brasileiro. Rev Enferm UFPE on line, Recife. 2018 Fev.; 12 (2).
13. Moher D, Liberati A, Tetzlaff J, Altman D G. The PRISMA Group (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. Epidemiol Serv Saúde. 2015 Abr/Jun; 24(2).
14. Bagalho JO, Moraes TD. A organiza o do trabalho prisional e as vivências de prazer e sofrimento. Estudos de Psicologia, Natal, 2017; 22(3): 305-315.
15. Figueiró RA, Dimenstein M. Controle a C eu Aberto: Medo e Processos de Subjetiva o no Cotidiano de Agentes Penitenciários. Psi Ciên Prof. 2018; 38 (2): 131-143.
16. Santiago E, Zanola PC, Hisamura RS, Silva IYM. O sentimento de medo no cotidiano de trabalho na vigilância prisional e seus impactos sobre a subjetividade dos agentes penitenciários. Cad Psi Soc Trab. 2016; 19 (2): 29-44.
17. Rumin CR, Barros GIF, Cardozo WR, Carvalho R, Atelli R. O Sofrimento Psíquico no Trabalho de Vigilância em Prisões. Psi Ciên Prof. 2011; 30 (1): 188-199.
18. Bonez A, Moro ED, Sehnem SB. Saúde mental de agentes penitenciários de um presídio catarinense. Psicol. Argum, Curitiba. 2013 Jul./Set.; 31 (74): 507-517.
19. Tschiedel RM, Monteiro JK. Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. Estudos de Psicologia, Natal. 2013 Jul./Set.; 18 (3): 527-535.
20. Reinert F, Merino ECD, Gontijo LA. Análise das condi es de trabalho do assistente social no Presídio Feminino de Florianópolis SC. A o Ergonomica. 2014; 9 (2): 97-106.
21. Ferreira MJM, Macena RHM, Mota RMS, Neto RJP, Silva AMC, Vieira LJES, et al. Prevalência e fatores associados   violência no ambiente de trabalho em agentes de segurança penitenciária do sexo feminino no Brasil. Ciên Saúde Colet. 2017; 22 (9): 2989-3002.
22. Barcinski M, Altenbernd B, Campani C. Entre cuidar e vigiar: ambiguidades e contradi es no discurso de uma agente penitenciária. Ciên Saúde Colet. 2014; 19 (7): 2245-2254.
23. Dejours C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez Obor . 1992.
24. Brasil. Portaria N  1823. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília DF; 2012.
25. Lima AIO, Dimenstein M, Figueiró R, Leite J, Dantas C. Prevalência de Transtornos Mentais Comuns e Uso de álcool e Drogas entre Agentes Penitenciários. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília. 2019; 35 (3555).
26. Corrêa MF. Adoecimento pelo trabalho: O agente penitenciário no Estado do Pará. 94f. Disserta o (Mestrado), Programa de Pós-Gradua o em Defesa Social e Media o de Conflitos, Universidade Federal do Pará. Belém, Pará; 2015.
27. Silva DP, Silva MNRMO. O trabalhador com estresse e interven es para o cuidado em saúde. Trab Educ Saúde, Rio de Janeiro. 2015; 13 (1):201-214.
28. Bezerra CM, de Assis SG, Constantino P. Sofrimento psíquico e estresse

no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão da literatura. *Ciê n Saúde Colet.* 2016; 21 (7): 2135-2146.